



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 11/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE/RS

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, incluindo regência, ensaios, instrução musical e acompanhamento em apresentações e eventos oficiais do Município.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

De 26/06/2026.

HORÁRIO DA REALIZAÇÃO

Das 07:30h até 13:30h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço do item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



Torna-se público que o Município de Vista Alegre/RS, por meio do seu Prefeito Municipal, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO DO ITEM, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 05/2024 de 20/02/2024 e demais normas aplicáveis.

Link: <https://pmvistaalegre.com.br/>

Critério de Julgamento: Menor preço do item.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, incluindo regência, ensaios, instrução musical e acompanhamento em apresentações e eventos oficiais do Município.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do endereço eletrônico: **vistaalegredispensas@gmail.com**

2.2 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.2. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para a realização do procedimento.

3.3.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

3.5.2. Os preços ofertados, na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



4.2. Encerrada a etapa de cadastramento, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros:

4.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

4.4. Verificadas as condições de participação, a presidente da CPL examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. Contiver vícios insanáveis;

4.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

4.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

4.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.2. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado deverá apresentar:

a) Cópia autenticada da carteira de identidade.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, compatível com o objeto da contratação.

c) No caso de empresa individual, apresentação do registro comercial.

d) Comprovante de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, mediante declaração ou comprovante de opção pelo Simples Nacional.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



5.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Servindo documentos como prova: Alvará, Certidão de Lotação ou outro documento que comprove sua inscrição junto ao município sede do fornecedor);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia – (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos junto à Justiça do Trabalho, em conformidade a Lei 12.440/2011.
- g) Certidões Negativa Correccional da Controladoria-Geral da União.

5.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)

- a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data, de emissão, não superior a 90 (noventa) dias.
- b) Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público.
- c) Declaração da empresa de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

5.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente regência musical e/ou atividades de musicalização.
- b) Declaração de disponibilidade de profissional habilitado e apto para a execução do objeto, garantindo sua atuação durante toda a vigência contratual.

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

5.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.3.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.3.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.3.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.3.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.3.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.3.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

5.3.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.2. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o contrato. O contratado deverá apresentar a seguinte documentação antes da assinatura do contrato.

6.2. Deverá ter qualificação, licenciada e/ou autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para execução do objeto.

6.3. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.5. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.5.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.5.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.5.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- 7.5.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.5.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.5.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.5.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 7.5.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 7.5.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.5.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.5.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de proposta.
- 7.5.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.5.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.6.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência pela falta do subitem 7.5.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.5.1 a 7.5.12;
 - c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.5.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.5.8 a 7.5.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.7.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 7.8.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 7.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 7.10.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



7.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

7.13. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.14. As peculiaridades do caso concreto;

7.15. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.16. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.17. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.19. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2. As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- 8.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 8.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.11.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 8.11.1.** ANEXO I – Termo de Referência
 - 8.11.2.** ANEXO II – Proposta de Preços
 - 8.11.3.** ANEXO III – Declaração de não empregar menor
 - 8.11.4.** ANEXO IV – Declaração de cumprimento dos requisitos Art. 63 I da Lei Federal nº 14.133/2021
 - 8.11.5.** ANEXO V – Declaração de atendimento ao Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021

Vista Alegre/ RS, 22 de Junho de 2026.

Rudinei Bridi
Prefeito Municipal

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 76/2026

SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

1. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, incluindo regência, ensaios, instrução musical e acompanhamento em apresentações e eventos oficiais do Município.

2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: A contratação será realizada por meio de contratação direta, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO DO ITEM, desde que atendidas integralmente as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência. O aviso de contratação direta será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, para apresentação de propostas adicionais por eventuais interessados, nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

- a) O quantitativo previsto decorre da necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- b) A contratação pretendida caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- c) A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de regência musical e instrução artística, observadas as exigências e especificações constantes neste Termo de Referência.
- d) A contratada deverá disponibilizar profissional habilitado e com conhecimento técnico compatível com as atividades desenvolvidas pela Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro.
- e) Segue abaixo planilha contendo o detalhamento da contratação:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	10,00	Mês	Contratação de profissional maestro para Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, com um alto nível de conhecimento musical, não apenas teórico e prático, mas também com habilidades pedagógicas para coordenar e ensinar de forma eficaz e envolvente, adaptando métodos de	3.000,00	30.000,00

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



			ensino e idades dos alunos, semanalmente, com carga horária de 03h, além da participação e coordenação em apresentações.		
--	--	--	--	--	--

f) O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os limites legais e a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de promover ações que contribuam para o fortalecimento dos vínculos familiares, o desenvolvimento social e a inclusão social, por meio de diversas atividades disponibilizadas à comunidade, especialmente à comunidade estudantil do Município. Nesse contexto, a contratação de profissional maestro para a Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e o aprimoramento técnico-artístico de um projeto de cunho educativo, social e cultural. O maestro é essencial para conduzir os músicos, assegurando a execução rítmica, harmônica e dinâmica das peças musicais, bem como realizar a manutenção técnica dos instrumentos. A Banda Municipal oferece oficinas de música para crianças e adolescentes, atuando no contraturno escolar. O profissional será responsável por ministrar aulas teóricas e práticas de flauta doce, trompete e percussão, além de organizar as atividades, promovendo a formação integral dos participantes. Para tanto, é indispensável a atuação de profissional habilitado para a regência, seleção de repertórios musicais, criação e adaptação de arranjos, bem como para o desenvolvimento pedagógico dos integrantes, visando o avanço técnico da banda. Sua atuação é crucial para a preparação da banda em desfiles cívicos, especialmente durante a Semana da Pátria, concursos de bandas, eventos oficiais do Município e apresentações públicas, contribuindo significativamente para o enriquecimento cultural das comemorações municipais. Além disso, o maestro assumirá a responsabilidade pela condução dos ensaios e supervisão técnica dos instrumentos melódicos e de percussão, garantindo o adequado estado de conservação do acervo instrumental pertencente ao Município. Por fim, a presente contratação contribuirá efetivamente para a consecução dos objetivos do projeto da Banda Municipal Sadi Centenaro, que busca atender crianças e adolescentes, inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade social, utilizando a música como instrumento de disciplina, integração social, trabalho em equipe e valorização da cultura local.

5. PREVISÃO NO PCA: O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de Vista Alegre/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

6. DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. SÃO RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- a) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- b) Notificar a contratada, por escrito, acerca de falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados pela contratada;
- d) Disponibilizar os locais necessários para realização dos ensaios, aulas e demais atividades vinculadas à Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro;
- e) Designar formalmente servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- f) Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à efetiva prestação dos serviços e encaminhá-las ao setor competente para pagamento;
- g) Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- h) Aplicar as sanções administrativas, legais e contratuais cabíveis em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada;
- i) Efetuar as retenções tributárias e previdenciárias incidentes sobre os pagamentos realizados, quando exigidas pela legislação vigente;
- j) Garantir a observância das disposições legais relativas a eventuais acréscimos ou supressões contratuais, dentro dos limites previstos na legislação aplicável.

6.2. SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a) Disponibilizar profissional habilitado e com capacidade técnica compatível para a execução dos serviços objeto da contratação;
- b) Executar os serviços com qualidade, responsabilidade e observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- c) Ministras aulas teóricas e práticas de musicalização, bem como realizar a regência, coordenação dos ensaios e preparação técnica da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro;
- d) Participar das apresentações, desfiles cívicos, eventos municipais e demais atividades previamente convocadas pela Administração Municipal;
- e) Zelar pela adequada utilização e conservação dos instrumentos musicais e demais materiais disponibilizados pelo Município durante a execução das atividades;
- f) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- g) Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários sempre que solicitado;
- h) Acatar as determinações dos servidores designados pela Administração para fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- i) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- j) Responder por quaisquer danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- k) Apresentar a documentação fiscal necessária para fins de pagamento, bem como a relação dos alunos atendidos no período;
- l) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado, sem prévia autorização da Administração Municipal;
- m) Informar imediatamente à Administração qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou demais dados cadastrais durante a vigência contratual;
- n) Aceitar eventuais acréscimos ou supressões contratuais, nos limites estabelecidos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

- a) A prestação dos serviços será realizada por profissional habilitado para atuar como maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, compreendendo atividades de regência, ensaios, instrução musical teórica e prática, organização técnica e preparação dos integrantes para apresentações e eventos oficiais do Município.
- b) Os ensaios e aulas ocorrerão na Escola Municipal Machado de Assis, localizada na Linha São Paulo, interior do Município, bem como no Centro Cultural Nerone Campo, localizado na Rua Orestes Piaia, Centro, Vista Alegre/RS, podendo, excepcionalmente, serem realizados em outros locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- c) A contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para ministrar aulas teóricas e práticas de musicalização, incluindo instrução de flauta doce, trompete e instrumentos de percussão, observando as necessidades pedagógicas e o nível de desenvolvimento dos alunos.
- d) A carga horária semanal será de 03 (três) horas, em dias e horários previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, podendo sofrer alterações conforme a necessidade da Administração Pública e o calendário de eventos municipais.
- e) Compete ainda ao profissional:
 - coordenar e conduzir os ensaios da Banda Municipal;
 - selecionar repertórios musicais adequados às apresentações e eventos;
 - elaborar e adaptar arranjos musicais conforme a formação da banda;
 - acompanhar e orientar tecnicamente os integrantes;
 - auxiliar na conservação e correta utilização dos instrumentos musicais;
 - preparar a banda para desfiles cívicos, apresentações culturais, concursos, festividades municipais e demais eventos promovidos pelo Município.
- f) O contratado deverá participar das apresentações e eventos oficiais para os quais a Banda Municipal for convocada pela Administração Municipal, prestando acompanhamento técnico e operacional durante toda a execução das atividades.
- g) A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que realizará o controle das atividades desenvolvidas e o ateste da efetiva prestação dos serviços.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A solução proposta consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, visando garantir a continuidade das atividades musicais, pedagógicas, culturais e sociais desenvolvidas pelo Município. A contratação compreende a execução de ensaios, regência musical, instrução teórica e prática dos integrantes da banda, orientação técnica dos instrumentos musicais e preparação para apresentações, desfiles cívicos, eventos culturais e demais atividades promovidas pela Administração Municipal. A solução contempla, ainda, o desenvolvimento das atividades de musicalização voltadas às crianças e adolescentes participantes do projeto, contribuindo para o fortalecimento da educação, inclusão social, disciplina, convivência em grupo e valorização da cultura local. Os serviços serão executados de forma contínua, mediante acompanhamento e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, observadas as condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9. DA GESTÃO DO OBJETO:

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimentos, atrasos ou fatos que possam comprometer a execução dos serviços, devidamente justificados, as ocorrências deverão ser comunicadas previamente à Administração e registradas no processo administrativo.
- c) As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos que permitam a comprovação do envio e recebimento.
- d) A Administração poderá, a qualquer tempo, convocar representante da contratada para adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à execução dos serviços, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre as partes, com a finalidade de alinhar as condições de execução, fiscalização e recebimento do objeto.
- f) A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 111/2023.
- g) A designação do gestor e do fiscal do contrato será formalizada por ato da autoridade competente, competindo-lhes o acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.
- h) O fiscal do contrato deverá acompanhar a execução dos serviços, atestar sua conformidade com o Termo de Referência, verificar o cumprimento das condições pactuadas e comunicar eventuais irregularidades à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

10. DO PAGAMENTO:

- a) O pagamento da referida contratação será realizado mensalmente, através de cartão de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente informados pela contratada.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- b) Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- c) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal, acompanhado da relação dos alunos atendidos no período e do ateste do termo de recebimento provisório/definitivo emitido pelo fiscal do respectivo contrato, a fim de comprovar a efetiva prestação dos serviços.
- d) Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades assumidas, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços prestados.
- e) A Nota Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato administrativo e demais informações necessárias ao processamento do pagamento.

11. DA HABILITAÇÃO: Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da empresa de realizar o objeto da contratação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemblado deverá apresentar:

- e) Cópia autenticada da carteira de identidade.
- f) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, compatível com o objeto da contratação.
- g) No caso de empresa individual, apresentação do registro comercial.
- h) Comprovante de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, mediante declaração ou comprovante de opção pelo Simples Nacional.

11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- h) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- i) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.
- j) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Servindo documentos como prova: Alvará, Certidão de Lotação ou outro documento que comprove sua inscrição junto ao município sede do fornecedor);
- k) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- l) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia – (FGTS);
- m) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos junto à Justiça do Trabalho, em conformidade a Lei 12.440/2011.
- n) Certidões Negativa Correccional da Controladoria-Geral da União.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data, de emissão, não superior a 90 (noventa) dias.
- b) Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público.
- c) Declaração da empresa de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

11.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente regência musical e/ou atividades de musicalização.
- b) Declaração de disponibilidade de profissional habilitado e apto para a execução do objeto, garantindo sua atuação durante toda a vigência contratual.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE:


- a) Os preços contratados poderão ser alterados, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução nas condições originalmente pactuadas.
- b) O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido mediante solicitação formal da contratada, acompanhada de documentação comprobatória da alteração relevante nos custos da execução do objeto, cabendo à Administração a análise e decisão fundamentada.
- c) O reajuste de preços, quando aplicável, observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, podendo ser utilizado índice oficial setorial ou outro que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, a ser definido no instrumento contratual.
- d) A repactuação, quando cabível, será aplicada exclusivamente nas hipóteses previstas na legislação vigente, especialmente em contratos de natureza continuada, mediante demonstração analítica da variação dos custos, devidamente comprovada pela contratada.
- e) A concessão de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro não é automática, dependendo de análise técnica e administrativa da Administração Pública, mediante processo administrativo próprio.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:

13.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do objeto;
- b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do objeto;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução da contratação;
- i) Fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- m) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- n) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- o) Deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- p) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações;
- q) Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- r) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- s) Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 13.1 deste, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 13.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

13.4. A aplicação de multa de mora não impede sua conversão em compensatória e a adoção das medidas cabíveis para cancelamento da contratação, com aplicação cumulada de outras sanções.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pela Administração à contratada, a diferença poderá ser descontada de pagamentos futuros ou cobrada judicialmente.

13.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.7. Na aplicação da sanção de multa será assegurado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

13.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade serão precedidas de processo administrativo de responsabilização, assegurados contraditório e ampla defesa.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



13.9. A comissão responsável poderá indeferir provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, mediante decisão fundamentada.

13.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito, nos termos da legislação aplicável, assegurado contraditório e ampla defesa.

13.11. É admitida a reabilitação do contratado perante a autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridos cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado;
- b) pagamento da multa;
- c) decurso do prazo mínimo legal da penalidade aplicada;
- d) cumprimento das condições estabelecidas no ato sancionador;
- e) análise jurídica prévia conclusiva.

13.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 13.1 poderá exigir, como condição de reabilitação, a adoção ou aprimoramento de programa de integridade.

13.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados à Administração Pública;
- e) a existência de programa de integridade.


14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Dotação nº	Elemento da Despesa	Descrição
176	3.3.90.39.00.00.00.00 – 1.500.0000.0500	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Vista Alegre/RS, 22 de Junho de 2026.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO
REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE/RS

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de maestro da Banda Marcial Municipal Sadi Centenaro, incluindo regência, ensaios, instrução musical e acompanhamento em apresentações e eventos oficiais do Município.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	TELEFONE:
CONTATO DO FORNECEDOR:	CONTA BANCÁRIA:
BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:	

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Valor unitário	Valor total

Valor global da Proposta:

Validade da Proposta: _____ (não inferior a 90 dias)

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoa e outros correrão totalmente por conta da empresa.

Local e data

Assinatura do Responsável
CPF

Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

Prefeitura Municipal de Vista Alegre/RS

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal (Nome do representante legal), Portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins de disposto no art. 68, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis ano

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e Identificação do declarante
Assinatura responsável legal
(Carimbo da Empresa)

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Prefeitura Municipal de Vista Alegre – RS

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na (endereço completo da empresa), **DECLARA**, sob as penas da lei, conforme art. 63, I da Lei Federal nº 14.133/2021, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos.

Local e Data

Nome e Identificação do declarante
Assinatura responsável legal
(Carimbo da Empresa)

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br



ANEXO V
DECLARAÇÃO

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, (Nome do representante legal), portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no art.14 da Lei Federal nº 14.133/2021, que não tem, em seu quadro de empregados/colaboradores, Agentes Públicos da Prefeitura Municipal de Vista Alegre, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Art. 299 – Código Penal - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

CNPJ: 92.403.583/0001-10

 (55) 3730-1020
(55) 3730-1050

 Av. Sol da América, 347
Vista Alegre, RS

 prefeitura@pmvistaalegre.com.br